

Por que os egiptólogos precisam de Edward Said?

31/05/2013 | Thais Rocha da Silva



O Egito cabe em qualquer lugar. E tudo cabe no Egito. A população que habita o Vale do Nilo desde 10.000 a.C. tem recebido diversas molduras, umas mais largas, outras mais estreitas. O cenário, as roupas, o modo de viver e agir parecem ser sempre os mesmos. As imagens mentais que possuímos sobre o Egito são basicamente o desfile das mesmas fantasias: faraós, pirâmides, múmias, Tutankhamons e Cleópatras...

A obra de Edward Said, *Orientalismo* (1978) retomou uma discussão sobre as definições de Oriente e Ocidente, bem como as relações entre esses mundos. Said não inventou o conceito, mas o formalizou dentro de um enquadramento político, de crítica às práticas imperialistas que desde o século XIX tornaram o "Oriente" parte dos domínios ocidentais. O termo orientalismo não é sistematizado na obra de Said. O autor se refere, genericamente, a três tipos de orientalismo: o acadêmico, como disciplina nas universidades; o político, como um modo de dominar o Oriente; e ao modo como vemos o Outro.

No entanto, as relações entre esses dois mundos não são recentes. Os gregos já em Homero situam Troia no Oriente. Heródoto, em seus relatos fala sobre os persas, os egípcios. Ainda que essas menções sejam discutíveis em sua veracidade, não podemos negar que de uma forma ou outra, nós levamos os gregos muito a sério. É aos gregos que devemos muito do que sabemos dos egípcios, a começar pelo próprio nome "Egito". Os gregos já os viam como antigos detentores de conhecimento, com um misto de admiração e estranhamento.

Mas se os gregos foram responsáveis por elaborar uma primeira visão do outro para o Oriente, os romanos, ao acompanharem esse caminho, colocaram o Egito como algo a ser conquistado. A incorporação do território egípcio ao recém império não alterou, contudo, o misto de admiração, temor, e a visão de um local exótico e de desmedidas.

Durante o período medieval, a Europa cristã se apropriou dos textos bíblicos e o Egito representava, simultaneamente, a opressão ao povo hebreu, tanto na história de José, como no livro do Êxodo, mas também o local de refúgio do menino Jesus após o nascimento. O Egito, na rota dos peregrinos à Terra Santa, recuperava um passado que podia ser experienciado através da narrativa bíblica. A monumentalidade, os deuses com formas humanas e animais eram a confirmação de que Bíblia tinha razão: os egípcios eram idólatras e opressores, mas foi através disso que a liberdade e a justiça divina se manifestaram. No renascimento, o Egito reaparece sob

a inquietação dos artistas, da alquimia e no seu reconhecimento como um local de mistérios, mas também de autoridade, demonstrando conhecimento de técnicas e procedimentos sofisticados, tais como a mumificação. Apenas recentemente, os textos árabes tem sido pesquisados a fim de trazer uma outra visão sobre o passado egípcio.

Mas o Egito, apesar de receber diversos enquadramentos, é sempre antigo, imutável. Materializa o princípio de tudo, da civilização, da escrita, da sociedade organizada. Durante o Iluminismo, quando se proliferaram os gabinetes de curiosidades e os relatos de viajantes, o Egito passa a ser sistematizado pelo discurso científico que buscava definições, classificações e mais ainda, o lugar dessa civilização na história do mundo ocidental.

A expedição napoleônica com fins militares também se ocupou de expandir o papel da França na elaboração e na divulgação do conhecimento. A criação do Instituto do Egito em 1798 e a posterior publicação da Descrição do Egito em 1799 colaboraram para esse projeto de sistematização da história e da arqueologia do Egito, dentro de um projeto iluminista. A visão sobre o Egito tinha agora um status científico.

No século XIX, a tradução da Pedra de Rosetta pelo jovem linguista francês Jean-François Champollion e a criação das galerias egípcias nos museus, especialmente do Museu Britânico, consagraram o lugar do Egito no imaginário popular e no discurso científico. A Egptologia, então formalmente criada nos institutos de pesquisa e nas cadeiras orientalistas das universidades europeias, parecia viver o dilema entre popularização do seu objeto de estudo e seu isolamento nas instituições de pesquisa. Mas o Egito não ficou só nas mãos dos egiptólogos. A sua popularização nas galerias dos museus, nas viagens de turismo e no consumo de diversos objetos de decoração, roupas com “motivos egípcios” permitiu a criação de uma outra disciplina, a Egptomania. De todas as civilizações do mundo antigo, o Egito é sem dúvida, a mais popular. É bem possível que todo egiptólogo seja também um egiptomaníaco. Mas há o risco de que o encantamento nos deixe ver apenas o que queremos, o que buscamos ali.

Essa popularização, acompanhada paralelamente por uma crescente especialização dos egiptólogos, forjaram um modo de ver o Egito antigo que foi no século XX apropriado pelo cinema. É praticamente inevitável que durante o século XX todos nós tenhamos sido ensinados a ver o Egito pela tela grande: uma terra de mistérios, o deserto, os camelos, pirâmides, escravos oprimidos, reis tiranos, mulheres lindas e luxuriosas. Todos esses elementos fazem parte, como afirma Said, do modo ocidental de ver o Oriente. O mundo oriental é uma criação nossa do que não somos, não temos.

Tanto o imperialismo francês como o britânico se apropriaram do Egito antigo de modo a consolidar seu projeto de civilização, qualificando o Egito como antigo e eterno. Vale lembrar que a maior parte das representações do Egito antigo ainda são as pirâmides e o deserto, vazios, sem a presença humana. Assim, o Egito precisa ser ocupado, habitado. O Egito é civilizado para caber nas galerias dos museus e na história do Ocidente. Ele se torna, portanto, o lugar de origem da civilização o marco inicial no qual os impérios buscaram referências para legitimar e expandir seus projetos políticos, se aproximado ou se distanciando desse passado.

Contudo, o Egito “antigo” ainda padece de outras questões. Ele não é apenas uma “civilização oriental”. Além do orientalismo, a noção de afrocentrismo, produzida pelos grandes centros de pesquisa nos Estados Unidos, contribuiu para questionar outras apropriações do Egito na história. Afinal, ele pertence a qual continente? O Egito é europeu, ligado ao contexto mediterrânico? É oriental? Africano? Mas o que é ser oriental, africano ou europeu? Esses conceitos não são monolíticos, nem facilmente definidos. Não basta dizer que o Egito está na África. O clamor por uma identidade única, seja nacional, racial ou mesmo cultural passa por ideologias que, do mesmo modo, recortam e emolduram o passado egípcio e as construções sobre ele.

Sabemos hoje que durante a Antiguidade, a paisagem do território egípcio se modificou ao longo dos anos, que a sociedade egípcia não foi sempre a mesma. Os egípcios viveram revoltas, greves, guerras e transformações técnicas, linguísticas, religiosas, políticas, econômicas e sociais ao longo de mais de 3000 anos de história, para citar apenas o período faraônico. Produziram literatura, poesia e diversos estilos na sua produção arquitetônica, artística. Temos os museus lotados de material, diversas expedições de todo o mundo sendo realizadas no Egito, hoje com muito mais participação dos próprios egípcios.

O Orientalismo, como disciplina acadêmica, não é vilão da história. Os orientalistas não são os únicos responsáveis pelas visões distorcidas sobre um Oriente. É graças ao desenvolvimento das diversas disciplinas orientalistas que pesquisadores do mundo todo puderam ter acesso a um ensino especializado da língua, da história e geografia dessas populações, ainda que o modo como tal ensino foi feito seja discutível. Do mesmo modo, a produção acadêmica, cada vez mais verticalizada, tem permitido um aprofundamento em áreas distintas. Os recursos tecnológicos hoje nos convidam a uma arqueologia menos destrutiva e é possível o restauro e a conservação de objetos, corpos e edificações. Sendo assim, é importante pensar o orientalismo em seus vários aspectos: como disciplina e prática política, levando em conta os modos de experienciar a alteridade.

A obra de Said, ainda que controversa em diversos aspectos, colabora para que os egiptólogos - e egiptomaníacos - mantenham-se alertas para pensar de que modo o Egito antigo é "trazido de volta". Mais ainda, a postura de Said como um intelectual engajado, atento aos problemas políticos de sua época, deve inspirar uma atitude ética por parte dos intelectuais, agindo não apenas na produção do conhecimento dentro dos seus gabinetes, mas divulgando essa produção e permitindo que essa produção seja também um elemento na transformação das sociedades. O Egito antigo não é mais um produto europeu. Se o orientalismo por um lado pode nos ajudar a desconstruir os modos e processos pelos quais os egípcios foram moldados e reinventados ao longo de milhares de anos, processo histórico inevitável, ele deve também inspirar novas construções. É preciso que haja não mais egiptólogos, mas novos egiptólogos, vindos de outros contextos, fora das velhas instituições, filhas imperialismo. É preciso que o Egito saia do deserto.

Thais Rocha da Silva é bacharel em História (2001) e mestranda pela FFLCH-USP. Seu trabalho concentra-se nas relações de gênero no Egito helenístico com ênfase nas cartas do período, tendo realizado parte de sua pesquisa de Mestrado na Inglaterra. Docente do curso "Orientalismo no passado e seus reflexos no presente: como o mundo aprendeu a olhar os árabes", promovido pelo ICArabe.